



Relatório do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO) da Secretaria de Fortalecimento da Democracia da OEA sobre a eleição presidencial da Venezuela ao Secretário-Geral Luis Almagro

30 de julho de 2024

O Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO) da Secretaria para o Fortalecimento da Democracia (SFD) da Organização dos Estados Americanos (OEA) considera que, nas circunstâncias atuais, os resultados anunciados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que proclamam Nicolás Maduro como vencedor na eleição presidencial do domingo 28 de julho na República Bolivariana da Venezuela, não podem ser reconhecidos.

Decorridas mais de seis horas do encerramento da votação, o CNE realizou um único anúncio em conferência de imprensa, indicando que haviam sido processadas 80% das mesas de votação e declarando vencedor o candidato governista, sem apresentar detalhes das mesas processadas nem publicar as atas, oferecendo unicamente os percentuais agregados de votação que as principais forças políticas teriam recebido. O CNE falsamente qualificou esses dados como “irreversíveis”. Os números publicados no canal oficial revelaram, ademais, erros aritméticos.

Os eventos da noite da eleição confirmam uma estratégia coordenada, que vem se desenrolando nos últimos meses, para vulnerar a integridade do processo eleitoral. A soma de diversos elementos impossibilita conceder-se reconhecimento democrático aos números oficiais: a opacidade do CNE e sua resistência à observação nacional e internacional, a extrema desigualdade na contenda, a intimidação e a perseguição política, a supressão de candidaturas, os ataques à imprensa e ao direito à informação, a demora na abertura de centros de votação e na divulgação dos resultados, a resistência a permitir o acesso de testemunhas das forças da oposição às mesas e centros de votação ou de entregar-lhes cópia das atas de escrutínio, a suspensão na transmissão de resultados a partir de distintos centros de votação, a interrupção do serviço da página do CNE desde a noite do domingo, o anúncio de um suposto ataque cibernético ao sistema de transmissão sem a apresentação de qualquer prova e, sobretudo, a contradição entre os percentuais anunciados e os exercícios de verificação cidadã que se tornaram públicos na conclusão do escrutínio, que, ademais, coincidiam com as amostragens e pesquisas de boca de urna com a aplicação de metodologias técnicas.

Desde antes da jornada eleitoral, a eleição presidencial se havia caracterizado por uma sucessão de obstruções arbitrárias ao exercício do sufrágio ativo e passivo, na forma de artimanhas ilegais, intimidação, violência, detenções, expulsões, inhabilitações, entraves burocráticas, uso eleitoral do aparelho estatal e outro arsenal de obstáculos à manifestação livre da vontade popular. Essas ações buscaram inclinar a balança a favor do oficialismo, desestimular e amedrontar a oposição, enganar e confundir o eleitorado e, em geral, burlar as normas eleitorais e os acordos alcançados em um amplo



processo de negociação com acompanhamento internacional. Infelizmente, os esforços do oficialismo para controlar o processo eleitoral não cessaram em 28 de julho, mas intensificaram-se ao término da votação.

Desde a véspera da eleição e em toda a jornada, milhões de venezuelanas e venezuelanos compareceram às urnas de forma pacífica e em massa, no país e em distintas cidades no exterior. Apesar de que menos de 70 mil pessoas estavam habilitadas para votar no exterior,¹ de um eleitorado potencial de cerca de cinco milhões, a Venezuela migrante se fez presente em manifestações e concentrações em várias partes do mundo. Mesmo sem poder exercer seu voto, exerceram sua voz com convicção. O comportamento questionável do governo e do CNE mostra-se especialmente lamentável frente ao entusiasmo cidadão demonstrado nesta eleição.

Nas últimas décadas, a OEA pôs a serviço das democracias do Sistema Interamericano a instalação de Missões de Observação Eleitoral (MOE), com base em uma rigorosa metodologia que busca zelar pelo cumprimento da legislação eleitoral de cada país e emitir recomendações para a melhoria contínua dos processos eletivos. Na Venezuela, a OEA implementou 11 MOEs entre 1992 e 2006, ano em que o organismo recebeu o último convite para observar em território venezuelano.

Não obstante, a Organização continuou monitorando a realidade político-eleitoral venezuelana e fez uma série de pronunciamentos sobre o progressivo enfraquecimento da institucionalidade democrática do país. No atual processo eleitoral, a Secretaria-Geral da OEA condenou² a perseguição política de líderes opositores e em particular a cassação da candidatura de María Corina Machado, vencedora das primárias da principal aliança opositora e candidata líder nas pesquisas.

Em cumprimento ao mandato de proteção e promoção da democracia e dos direitos humanos da OEA, segue a apresentação de um relatório sobre o processo de 28 de julho de 2024, com base em fontes primárias e secundárias que incluem conversas diretas com figuras-chave do processo, análise das normas eleitorais, incidências e conclusões coletadas por iniciativas de observação nacional e organizações da sociedade civil, comunicações públicas de atores políticos e institucionais, informação divulgada pela mídia e pelas redes sociais, entre outros.

Embora este documento não equivalha a um relatório de observação eleitoral – uma vez que OEA não esteve presente em território venezuelano, nem pôde implementar as metodologias correspondentes – a análise se baseia em critérios técnicos, estândares internacionais e boas práticas, bem como na experiência acumulada na observação de centenas de eleições em todo o Hemisfério Ocidental. O documento abrange a etapa pré-eleitoral e a jornada de votação, incluindo a apuração e a divulgação

¹ CEPAZ, REDAC e REC. 2024. “Direitos limitados: violações a participação eleitoral das pessoas venezuelanas no exterior”. Ver: <https://cepaz.org/wp-content/uploads/2024/07/Derechos-limitados.pdf>

² Comunicado da Secretaria-Geral da OEA sobre acontecimentos recentes na Venezuela 28 de janeiro de 2024 (C-003/24). Ver: https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-003/24



dos resultados. Além disso, enumeram-se as irregularidades técnicas e jurídicas evidenciadas nessas fases do processo.

Devido ao contexto de repressão, detenções arbitrárias, censura e intimidação que se vive na Venezuela, algumas das associações que geraram informação verificável e valiosa e que entregaram dados à OEA solicitaram que fossem mantidas no anonimato. O Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral da OEA (DECO) deseja agradecer e felicitar a convicção democrática destas associações, que, em um ambiente de repressão e hostilidade decidiram continuar lutando pela democracia venezuelana. O DECO triangulou as informações recebidas para verificar sua confiabilidade e veracidade.

Este relatório foi elaborado pela área técnica em matéria eleitoral da Secretaria-Geral com a finalidade de informar ao Secretário-Geral sobre o ocorrido no processo eleitoral levado a cabo na República Bolivariana da Venezuela.

I. ETAPA PRÉ-ELEITORAL

Em 5 de março de 2024, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela anunciou que as eleições presidenciais seriam realizadas em 28 de julho de 2024.³ Depois de inúmeras complicações detalhadas mais adiante, 10 candidatos participaram da disputa.⁴ No final, nenhuma mulher pôde concorrer à presidência.

O processo eleitoral presidencial se desenvolveu em um clima de intensa polarização e desconfiança em relação ao sistema eleitoral. O desaparecimento da fronteira entre o Estado, o governo e o partido oficialista se traduziu no controle governamental da totalidade das instituições públicas, incluindo o poder legislativo, o sistema judicial, o exército, a polícia, o serviço de inteligência, o CNE e os diversos meios de comunicação. A isso se soma a presença de grupos armados paraestatais ligados ao oficialismo, como documentaram diversas organizações nacionais e internacionais.⁵

Como antecedente, é necessário recordar a eleição presidencial de 2018, amplamente rejeitada pela comunidade internacional devido à manipulação arbitrária do calendário eleitoral, à supressão de opções em contenda e à ausência de garantias mínimas de transparência, o que levou a maior parte da

³ CNE Venezuela. 2024. Cronograma electoral. Ver:

http://www.cne.gob.ve/web/normativa_electoral/elecciones/2024/eleccion_presidencial/cronograma/CRONOGRAMA_ELECCION PRESIDENCIAL_2024.pdf

⁴ Nicolás Maduro, pelo Gran Polo Democrático; Edmundo González, pela Plataforma Unitária Democrática (PUD); Daniel Ceballos, por AREPA y Voluntad Popular; Bejamín Rausseao, pela Confederação Nacional Demócrata (CONDE); Claudio Fermín, pela Soluciones por Venezuela; Enrique Márquez, pelo Centrados en la Gente; Luis Eduardo Martínez, pela Acción Democrática, Bandera Roja, Movimiento Republicano e União Nacional Eleitoral; Javier Bertucci, por El Cambio; Antonio Ecarri, pela Alianza del Lápiz; José Britto, por Primero Venezuela, Primero Justicia, Unidad Visión Venezuela e Venezuela Unidad.

⁵ Efecto Cucuyo. 30 de junho de 2023. "Relatório do CDH Ucab revela como os coletivos armados são uma das causas da migração forçada". Ver: <https://efectocucuyo.com/venezuela-migrante/informe-del-cdh-ucab-revela-como-los-colectivos-armados-son-una-de-las-causas-de-la-migracion-forzada/>



oposição a se abster de participar⁶ e a dezenas de países a não reconhecer o resultado e, com ele, a legitimidade de Nicolás Maduro para continuar governando.⁷

Da mesma forma que há seis anos, a eleição presidencial de 2024 foi uma contenda extremamente desigual. A concentração desmedida do poder e a eliminação dos pesos e contrapesos teve, de novo, consequências eleitorais claras: a detenção e perseguição de membros da oposição e seus colaboradores, a criação de um ambiente de intimidação e ameaça, a aplicação de subterfúgios jurídicos para neutralizar forças rivais e marginalizar segmentos do eleitorado, o uso de recursos públicos e redes clientelistas com fins proselitistas, a falta de transparência e as restrições ao direito de informação, entre outras.

Sem embargo, a principal diferença entre este processo presidencial e o de 2018 foi a participação de uma oposição unida, embora ainda em clara condição de desvantagem. Em parte, isso se deveu à negociação entre o governo e a opositorista Plataforma Unitária da Venezuela, com o acompanhamento de vários países, que desembocou no “Acordo parcial sobre a promoção de direitos políticos e garantias eleitorais para todos”, firmado em outubro de 2023. O documento, conhecido como o “Acordo de Barbados”,⁸ reiterou o direito das forças políticas de selecionar suas candidaturas, dispôs a realização das eleições presidenciais para o segundo semestre de 2024⁹ e estabeleceu uma série de garantias em torno da atualização do registro eleitoral, da realização de auditorias, do convite a determinadas missões técnicas de observação eleitoral e da promoção de condições favoráveis ao desenvolvimento de um processo pacífico, seguro, equitativo e confiável.

Não obstante, como se descreve a seguir, diversas ações empreendidas a partir do governo e do aparelho estatal sob seu controle caminharam em sentido contrário tanto ao texto quanto ao espírito do Acordo de Barbados.

Inabilitação de candidaturas e de autoridades eleitas e destituições

Em maio de 2022, a Plataforma Unitária anunciou a realização de um processo de eleições primárias, programadas para o mês de outubro de 2023, para determinar sua candidatura presidencial.¹⁰ A ex-deputada María Corina Machado se consolidou antecipadamente como a pré-candidata com maiores

⁶ Relatório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos. Eleição presidencial e de Conselhos Legislativos da Venezuela. 20 de maio de 2018. Ver: [Informe-Elecciones-presidenciales-en-Venezuela-20-de-Mayo-de-2018-v1.pdf \(oas.org\)](https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-001/19)

⁷ Organização dos Estados Americanos. 10 de janeiro de 2019. “Conselho Permanente da OEA acorda ‘não reconhecer a legitimidade do período do regime de Nicolás Maduro’”. Ver: https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-001/19

⁸ Acordo de Barbados. 2023. Ver: <https://www.regjeringen.no/contentassets/ac03d5655a8448e0a9653cd95d5c7978/garantias-electorales.pdf>

⁹ Historicamente, as eleições presidenciais se realizavam no mês de dezembro. Em 2018, foram antecipadas para o mês de maio, comprimindo drasticamente o calendário eleitoral. Relatório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos. Eleição presidencial e de Conselhos Legislativos da Venezuela. 20 de maio de 2018. Ver: [Informe-Elecciones-presidenciales-en-Venezuela-20-de-Mayo-de-2018-v1.pdf \(oas.org\)](https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-001/19) e Acordo de Barbados. 17 de outubro de 2023. Ver: <https://www.regjeringen.no/contentassets/ac03d5655a8448e0a9653cd95d5c7978/garantias-electorales.pdf>

¹⁰ La Patilla. 16 de maio de 2022. Plataforma Unitária informou sobre últimas decisões para deter o sofrimento dos venezuelanos (Comunicado). Ver: <https://presidenciaintvzla.com/presidencia/comunicado-de-la-plataforma-unitaria-sobre-las-ultimas-decisiones-para-avanzar-en-el-cambio-politico-y-detener-el-sofrimiento-de-millones-de-venezuelanos/>



chances de obter a designação. Em 22 de outubro de 2023, Machado foi eleita por uma esmagadora maioria nas primárias da aliança opositora, acumulando mais de 90% dos votos dados.¹¹

A pedido de um deputado aliado do oficialismo, em junho de 2023 a Direção Geral de Procedimentos Especiais da Controladoria Geral da República emitiu um ofício¹² reiterando uma inelegibilidade administrativa para o exercício de cargos públicos imposta em 2015 contra a senhora Machado por supostas irregularidades administrativas, originalmente por 12 meses e posteriormente estendida para 15 anos. O tempo, o tom, a forma e o mérito do ofício¹³ deixam poucas dúvidas sobre a instrumentalização política da entidade controladora.

Desde a virada do século, mas especialmente a partir de 2018, a supressão de partidos políticos e de candidaturas limitou a pluralidade política na Venezuela, reduzindo, no fundo, as opções eleitorais ao partido de governo, figuras da situação ou candidaturas da oposição com pouco apoio popular. Organizações da sociedade civil registram mais de 1.400 cidadãos e cidadãs inabilitados para o exercício da função pública desde 2002.¹⁴ Com frequência, como no caso da senhora Machado, as inelegibilidades foram declaradas em âmbito administrativo, e não por meio de um processo judicial, como cabe à proteção do direito humano ao sufrágio passivo. Como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte-IDH) estabeleceu e como reiteraram diversas Missões de Observação Eleitoral da OEA em outros países, os requisitos aplicáveis ao exercício de direitos políticos não podem ser abusivos nem arbitrários e as condições devem estar previstas na lei formal e materialmente, perseguir um fim legítimo e atender aos critérios de idoneidade, necessidade e proporcionalidade, conforme a sequência de parâmetros estabelecidos na jurisprudência interamericana¹⁵.

O próprio processo eleitoral de 2024 também foi ocasião para a imposição de inabilitações políticas: pelo menos 12 prefeitos (*alcaldes*) foram cassados por apoiar o candidato opositor Edmundo González (dois de Miranda, oito de Trujillo e dois de Nova Esparta).¹⁶

A motivação eleitoral das inabilitações se evidenciou, ademais, nos obstáculos às substituições. Em março de 2024, Corina Yoris, a líder escolhida pela Plataforma Unitária para substituir Machado, não

¹¹ Conta oficial de X da Comissão Nacional de Primária VE (@cnprimariave). 23 de outubro de 2023. Ver: <https://x.com/cnprimariave/status/1716593781158420686>

¹² A resolução foi emitida cinco meses antes das eleições legislativas, nas quais se esperava a participação da senhora Machado. Resolução Nº 01-00-0000398 de 13 de julho de 2014. Ver: <https://elcooperante.com/wp-content/uploads/2023/06/Documento-de-la-Contratolia-de-la-Republica.pdf>

¹³ Tribunal Supremo de Justiça da República Bolivariana da Venezuela. 14 de agosto de 2023. Exposição conjunta. Ver: historico.tsj.gob.ve/decisiones/scon/agosto/328992-1243-14823-2023-23-0706.HTML e Acceso a la Justicia. 26 de janeiro de 2024. “A SPA declarou improcedente a reclamação por via de fato procurada por María Corina Machado e ratifica que está inelegível”. Ver: <https://accesoalajusticia.org/la-spa-declaro-sin-lugar-la-reclamacion-por-via-de-hecho-intentada-por-maria-corina-machado-y-ratifica-que-esta-inhabilitada/>

¹⁴ Acceso a la Justicia. 22 de novembro de 2017. “13 anos de inelegibilidades políticas em uma imagem”. Ver: <https://accesoalajusticia.org/13-anos-de-inhabilitaciones-politicas-en-una-imagen/>

¹⁵ Corte Interamericana de Derechos Humanos. Parecer Consultivo OC-28/21 de 7 de junho de 2021. Ver: https://www.corteidh.or.cr/docs/pareceres/seriea_28_esp.pdf

¹⁶ Acceso a la Justicia. 19 de julho de 2024. “Números de perseguição política durante viagens da oposição venezuelana. Julho de 2024”. Ver: <https://accesoalajusticia.org/cifras-per-secucion-politica-durante-giras-oposicion-venezuelana-julio-2024/>



pôde registrar sua candidatura por não ter acesso aos códigos digitais necessários para o procedimento.¹⁷ Segundo denunciou, as senhas concedidas à PUD eram rejeitadas pelo sistema, situação que outras forças políticas não enfrentaram. Depois de reivindicações de abuso de poder, o CNE estendeu o prazo de inscrição por algumas horas e a Plataforma Unitária pôde registrar o embaixador Edmundo González como candidato.

Por último, no âmbito do processo presidencial também ocorreram várias destituições de figuras eleitas, inclusive um prefeito da oposição destituído pelo Conselho Municipal de Ortiz, em Guarico, e dois vereadores (*concejales*) da oposição destituídos de fato pelo Conselho Municipal de Tucupita, em Delta Amacuro.¹⁸

Detenções, desaparecimentos e atos de intimidação

Dentro da lógica eleitoral da perseguição e da repressão, até 25 de julho de 2024 a organização não governamental Foro Penal registrou 135 prisões arbitrárias por razões políticas, com desaparecimentos forçados no âmbito do processo,¹⁹ número que se disparou com mais 48 prisões arbitrárias entre em 26 e 28 de julho, além de um assassinato. 102 dos detidos na etapa pré-eleitoral tinham ligações com a líder de oposição María Corina Machado,²⁰ incluindo seu chefe de segurança,²¹ embora também se tenham registrado detenções de pessoas vinculadas a outros partidos da oposição. Além disso, foram expedidas ordens de detenção contra seis diretores da campanha de Machado, que estão refugiados na Embaixada da Argentina desde o mês de abril. No dia da votação, o Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (SEBIN) apreendeu um membro do comando da campanha nacional de Machado, que estava realizando atividades de logística em um município do estado Miranda, segundo informou a oposição.²² De acordo com o monitoramento do portal Tal Cual, em média, a cada três dias uma pessoa vinculada à oposição foi ameaçada por seu exercício político.²³

¹⁷ CNN Espanhol. 25 de março de 2024. Corina Yoris não pôde registrar sua candidatura: “Estão cerceando o direito a milhões de venezuelanos; são horas muito obscuras”. Ver: <https://cnespanol.cn.com/2024/03/25/corina-yoris-conclusiones-entrevista-orix/>

¹⁸ Acceso a la Justicia. 19 de julho de 2024. “Números de perseguição política durante viagens da oposição venezuelana. Julho 2024”. Ver: <https://accesoalajusticia.org/cifras-per-secucion-politica-durante-giras-oposicion-venezuelana-julho-2024/>

¹⁹ Conta do Instagram de Foro Penal. 29 de julho de 2024. Ver: <https://www.instagram.com/p/C-Bc3ddOKC8/>

²⁰ Acceso a la Justicia. 19 de julho de 2024. “Números de perseguição política durante viagens da oposição venezuelana Julho 2024” Ver: <https://accesoalajusticia.org/cifras-per-secucion-politica-durante-giras-oposicion-venezuelana-julho-2024/> e Tal Cual. 2024. “A cada três dias, em média, um ativista político opositor foi perseguido ou encarcerado em 2024”. Ver: <https://talqualdigital.com/cada-tres-dias-en-promedio-un-activista-politico-opositor-fue-perseguido-o-encarcerado/>

²¹ Em 17 de julho, María Corina Machado denunciou em uma roda de imprensa a detenção de seu companheiro de campanha e chefe de segurança, Milciades Ávila, que foi liberado no dia seguinte e deverá apresentar-se à justiça acada 30 dias. Conta oficial de X do Comando ConVzla (@ConVzlaComando). 17 de julho de 2024. Ver: <https://twitter.com/ConVzlaComando/status/1813633674598097031> e Voz da América. 18 de julho de 2024. “Venezuela: liberam o chefe de segurança da líder opositora María Corina Machado”. Ver: <https://www.vozdeamerica.com/a/venezuela-liberan-a-jefe-de-proteccion-de-la-lider-opositora-maria-corina-machado/7704371.html>

²² Infobae. 27 de julho de 2024. “Repressão na Venezuela: o regime chavista deteve um dirigente do partido de María Corina Machado no estado Miranda”. Ver: <https://www.infobae.com/venezuela/2024/07/27/represion-en-venezuela-el-regimen-chavista-detuvo-a-un-dirigente-del-partido-de-maria-corina-machado-en-el-estado-miranda/>

²³ Tal Cual. 2024. “A cada três dias, em média, um ativista político opositor foi perseguido ou encarcerado em 2024”. Ver: <https://talqualdigital.com/cada-tres-dias-en-promedio-un-activista-politico-opositor-fue-perseguido-o-encarcerado/>



Várias das detenções tinham a finalidade de impedir a realização de atos de campanha: pelo menos 46 pessoas foram presas por prestarem serviços ou venderem bens à oposição em sua caminhada pelo país ou nas concentrações políticas.²⁴

Em 3 de julho de 2024, um grupo de 62 organizações venezuelanas da sociedade civil enviaram uma carta ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, expressando sua preocupação com o possível aumento de abusos e violações de direitos humanos na campanha eleitoral na Venezuela. Denunciaram detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, perseguições políticas, censura e obstáculos à participação política, pelo que solicitaram monitoramento e ações para garantir eleições livres e justas.²⁵

Nos meses e dias anteriores à eleição, ocorreram outros atos de violência e intimidação com a finalidade de alterar o processo eleitoral. Em 18 de julho, María Corina Machado denunciou um atentado contra ela e sua equipe, ao se constatar que, na madrugada, os veículos que os transportavam foram “vandalizados” e tiveram “a mangueira dos freios cortada”.²⁶

O ambiente de intimidação encontrou eco nas mais altas esferas do poder. Apesar de o Acordo de Barbados incorporar o compromisso de promover “um discurso público e um clima político e social favorável ao desenvolvimento de um processo eleitoral pacífico”, em 17 de julho Nicolás Maduro fez declarações públicas afirmando que, se não ganhasse a reeleição, o país poderia “cair em um banho de sangue, em uma guerra civil”. De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e sua Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (RELE), esse tipo de discurso por parte da máxima autoridade do Estado e das forças de segurança tem como efeito amedrontar e coartar a liberdade política do eleitorado, gerando dúvidas sobre a eventual transmissão do poder ante a possibilidade de um resultado favorável à oposição.²⁷

Opacidade, obstrução de testemunhas e rejeição à observação nacional e internacional

A transparência e a abertura à observação nacional e internacional constituem pilares fundamentais de todo processo eleitoral democrático. A legitimidade dos resultados emana não só da investidura dos órgãos eleitorais, mas também do escrutínio ao processo e à capacidade das próprias forças políticas e da cidadania em geral de verificar que o processo é conduzido de acordo com regras claras, estáveis,

²⁴ Acceso a la Justicia. 19 de julho de 2024. “Números de perseguição política durante viagens da oposição venezuelana. Julho 2024”. Ver: <https://accesoaljusticia.org/cifras-per-secucion-politica-durante-giras-oposicion-venezuelana-julio-2024/>

²⁵ Foro Penal. 3 de julho de 2024. ONGs expressam preocupação ao Alto Comissariado devido ao possível aumento de abusos em cenário eleitoral. Ver: <https://foropenal.com/ong-expressan-preocupacion-al-alto-comisario-devido-al-possibelel-aumento-de-abusos-en-cenario-electoral/>

²⁶ Voz da América. 18 de julho de 2024. “María Corina Machado denuncia atentado contra ela a 10 dias das eleições presidenciais na Venezuela”. Ver: <https://www.vozdeamerica.com/a/venezuela-maria-corina-machado-denuncia-atentado-en-su-contra-a-dez-dias-de-las-elecciones-presidenciales-7703181.html>

²⁷ CIDH. 19 de julho de 2024. “CIDH e RELE alertam sobre perseguição política na Venezuela no contexto eleitoral”. Ver: <https://www.oas.org/es/CIDH/jsForm/?File=es/CIDH/prensa/comunicados/2024/166.asp>



justas e comuns a todos os atores. A confiança em um sistema eleitoral não se decreta nem se declara, mas se constrói por meio do trabalho imparcial e transparente.

No sistema venezuelano, as testemunhas atuam como inspetores do processo eleitoral, representando os partidos, movimentos e grupos cidadãos que registram candidaturas. A participação das testemunhas está assegurada no artigo 157 da Lei Orgânica de Processos Eleitorais (LOPRE)²⁸ e em seu regulamento a partir do artigo 446. Embora os membros da mesa sejam as autoridades principais nos centros de votação, a lei estabelece que as testemunhas não podem ser limitadas em sua atividade pelos funcionários dos organismos eleitorais subalternos. Isso significa que cada testemunha tem o direito de observar o processo eleitoral e de exigir que se registre na ata correspondente qualquer observação sobre possíveis irregularidades. As testemunhas são responsáveis por se assegurar e fortalecer a verificação cidadã no final da votação, mediante a revisão e certificação dos comprovantes de votação em relação aos dados registrados na ata de escrutínio.

Nos sistemas democráticos da região, opera um critério pró-fiscalização, que gera condições para maximizar a supervisão política e cidadã do processo – por exemplo, permitindo que os fiscais de partidos (testemunhas no sistema venezuelano) possam votar na mesa que fiscalizam mesmo que não estejam inscritos nela, sendo esta situação devidamente registrada na ata. Em vez disso, nesse processo eleitoral o CNE modificou as normas que regiam o papel das testemunhas eleitorais, impondo-lhes o requisito de estarem inscritos para votar no centro em que supervisionavam.

Além disso, como se detalha mais abaixo na seção da jornada, no dia da eleição ocorreram vários incidentes de impedimento de acesso de testemunhas aos recintos, às mesas e aos órgãos eleitorais. Apesar dessas obstruções, observadores nacionais reportaram que cerca de 90% das mesas de votação contaram com presença de testemunhas da oposição.

Para essas eleições, o CNE credenciou como observadores nacionais quatro organizações da sociedade civil: a Rede de Observação Eleitoral Assembleia de Educação (ROAE), a Fundação Projeto Social, a Associação Venezuelana de Juristas e o Centro Internacional de Estudos Superiores. O CNE não credenciou o Observatório Eleitoral Venezuelano (OEV), deixando sem resposta o pedido de credenciamento.²⁹

O trabalho dos observadores internacionais, que foram reconhecidos pela CIDH como defensores dos direitos humanos,³⁰ também foi obstaculizado. O Acordo de Barbados contemplava o compromisso de convidar missões técnicas de observação eleitoral de determinados organismos, entre os quais a União

²⁸ Lei Orgânica de Processos Eleitorais da República Bolivariana da Venezuela. Ver:

http://www4.cne.gob.ve/onpc/web/documentos/Leyes/Ley_Organica_de_los_Procesos_Eleitorais.pdf

²⁹ Efecto Cocuyo. 22 de julho de 2024. “Como será a observação nacional para as eleições presidenciais?”. Ver: <https://efetococuyo.com/politica/como-sera-observacion-nacional-elecciones-presidenciales/>

³⁰ Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Resolução No. 01/2024. Ver: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2024/Res-1-24-Pessoas-Observadoras.pdf>



Europeia (UE), o Painel de Peritos Eleitorais da Organização das Nações Unidas (ONU), a União Africana, a União Interamericana de Organismos Eleitorais (UNIORE) e o Centro Carter, “sem prejuízo do direito dos atores políticos de convidar acompanhantes nacionais e internacionais”. Destas organizações, só o Painel de Peritos Eleitorais da ONU e o Centro Carter efetivamente instalaram missões limitadas em território venezuelano, embora com restrições consideráveis ao exercício livre de suas funções.

Em 28 de maio, o CNE revocou o convite à missão de observação da União Europeia. O presidente do CNE justificou a decisão pelas punições econômicas do bloco de 27 países, afirmando que os representantes da UE não seriam bem-vindos enquanto essas punições existissem.³¹

É importante destacar que a própria união de órgãos eleitorais rejeitou o convite para observar o processo. A negativa dos pares do CNE dá conta das sérias deficiências do sistema eleitoral venezuelano, que diversos atores da comunidade internacional têm apontado de forma consistente, entre elas a União Europeia e a OEA. Essas eleições demonstraram que se deve abandonar o mito da excelência do sistema eleitoral venezuelano. Não só se trata de um sistema manipulado pelo governo atual, mas que também tem vulnerabilidades claras que facilitam essa manipulação e permitem a opacidade que atenta contra um verdadeiro escrutínio do processo.

Por último, nos dias anteriores à eleição impediu-se a participação de diversos convidados internacionais das organizações políticas.³² As ações incluíram retirada de convite, bloqueio do espaço aéreo para entrar em território venezuelano, deportação e expulsão do país. Especialmente notório e condenável foi o caso de uma delegação de ex-mandatários da região, cujo avião foi retido no Panamá e impedido de viajar para a Venezuela, da mesma forma que a legisladores e outras autoridades eleitas de diversas nações.

³¹ France 24. 29 de maio de 2024. “Venezuela retira conte à União Europeia para observar eleições presidenciais”. Ver: <https://www.france24.com/es/minutoa-minuto/20240528-venezuela-retira-invite%C3%B3n-a-la-uni%C3%B3n-europea-para-observar-elecciones-presidenciales>

³² Retirada de convites: Ex-presidente Alberto Fernández (Argentina). BBC Mundo. 25 de julho de 2024. “Eleições na Venezuela: Brasil cancela o envio de observadores e o ex-presidente argentino Alberto Fernández diz que lhe retiraram o convite”. Ver: <https://www.bbc.com/mundo/articulos/c03522v49lyo>
Bloqueio do espaço aéreo: Ex governantes Mireya Moscoso (Panamá), Miguel Ángel Rodríguez (Costa Rica), Jorge Quiroga (Bolívia) e Vicente Fox (México). Exvice-presidente Marta Lucía Ramírez (Colômbia). 26 de julho de 2024. “Maduro bloqueia o espaço aéreo venezuelano; ex-presidentes não podem viajar”. La Estrella de Panamá. 26 de julho de 2024. Ver: <https://www.laestrella.com.pa/panama/nacional/maduro-bloquea-el-espacio-aereo-venezuelano-expresidentes-no-poden-viajar-GN8069932>

Deportações a convidados internacionais, entre os quais: Senador Francisco Paoltroni (Argentina), Deputado Alejandro Bongiovani (Argentina), Ex-candidata a Senadora María Eugenia Talerico (Argentina), Senador José Manuel Rojo Edwards (Chile), Senador Felipe Kast (Chile), Senadora Angélica Lozano Correa (Colômbia), Ex-prefeita de Bogotá, Claudia López (Colômbia), Ex-vice-chanceler Adriana Mejía (Colômbia), Ex-ministra Ángela María Orozco (Colômbia), Ex-defensora Gissela Arias (Colômbia), Deputada Ana Galarza (Equador), dez congressistas e eurodeputados do Partido Popular (PP) (Espanha), Deputado da Câmara de Representantes, Pablo Viana (Uruguai). Infobae. 28 de julho de 2024. “A oposição venezuelana denunciou a deportação de 51 convidados internacionais por parte do regime de Maduro”. Ver: <https://www.infobae.com/venezuela/2024/07/28/la-oposicion-venezuelana-denuncio-la-deportacion-de-51-invitados-internacionales-por-parte-del-regimen-de-maduro/>

Expulsão do país de três convidados internacionais que estavam em seu hotel, incluindo o ex-deputado Vitor González (Espanha). Infobae. 28 de julho de 2024. “A oposição venezuelana denunciou a deportação de 51 convidados internacionais por parte do regime de Maduro”. Ver: <https://www.infobae.com/venezuela/2024/07/28/la-oposicion-venezuelana-denuncio-la-deportacion-de-51-invitados-internacionales-por-parte-del-regimen-de-maduro/>



Ataques aos meios de comunicação, ao direito à expressão e ao direito à informação

Segundo a Relatoria para a Liberdade de Expressão da CIDH, em 2024 foram documentadas restrições severas ao direito à liberdade de expressão na Venezuela. Em particular, registraram-se fatos de assédio judicial, detenções arbitrárias, restrições de acesso à informação, encerramento de meios de comunicação e indicações estigmatizantes por parte de altos funcionários do governo contra aqueles que pesquisam e participam ativamente em assuntos de interesse público e político. De acordo com informação pública, entre janeiro e abril de 2024, foram perpetradas pelo menos 128 agressões contra jornalistas, ativistas, defensores de direitos humanos, meios de comunicação e organizações da sociedade civil, bem como 18 detenções de pessoas pelo exercício de sua liberdade de expressão.³³

Dos 112 casos e 267 denúncias de violações à liberdade de expressão documentadas em 2024 pela ONG Espaço Público, pelo menos 29 casos e 98 denúncias³⁴ relacionavam-se com o contexto eleitoral. A maioria envolveu impedimentos ou restrições à cobertura jornalística, ameaças e insinuações mediante discursos de altos funcionários, bem como detenções arbitrárias e o início de processos judiciais em represália pela divulgação de informações, conteúdos ou opiniões de interesse público.³⁵

Durante o ato de postulação de sua candidatura presidencial na sede do CNE, Nicolás Maduro atacou diversas agências de notícias, acusando-as de carecer de moral e de ocultar a realidade da Venezuela.³⁶ Também destacou, de forma individualizada, a dois jornalistas por seus comentários em redes sociais, instando o Ministério Público a tomar medidas contra o que ele considera "expressões fascistas e racistas".³⁷

A última semana de campanha foi marcada por uma arremetida contra os meios de comunicação, especialmente agências internacionais, a que Maduro chamou de "sicários da mentira" e acusou de orquestrar uma campanha midiática que, segundo disse, faz parte de um plano para desestabilizar sua administração e justificar intervenções estrangeiras.³⁸ Essas declarações foram condenadas por associações de jornalistas na Venezuela.³⁹

³³ OAS. 16 de maio de 2024. A RELE expressa preocupação por repressão contra jornalistas e deterioração do espaço cívico na Venezuela. Ver: <https://www.oas.org/es/CIDH/ijForm/?File=/es/cidh/expresion/prensa/comunicados/2024/106.asp>

³⁴ Das 98 denúncias, 35 são por intimidação, 21 por ofensa verbal, 14 por ofensa judicial, 11 por agressão, nove por censura, seis por restrição administrativa e duas por ameaça. Espaço Público. 2024. Bloqueios, censura e detenções frente a 28J Relatório sobre situação de liberdade de expressão na Venezuela. Ver: <https://espaciopublico.org/wp-content/uploads/2024/07/INFORME-28J-1.pdf>

³⁵ Espaço Público. 2024. Bloqueios, censura e detenções frente a 28J Relatório sobre situação de liberdade de expressão na Venezuela. Ver: <https://espaciopublico.org/wp-content/uploads/2024/07/INFORME-28J-1.pdf>

³⁶ Espaço Público. 26 de março de 2024. "Nicolás Maduro intimidou agências EFE, AFP y AP". Ver: <https://espaciopublico.org/nicolas-maduro-intimido-a-agencias-efe-afp-y-ap/>

³⁷ Espaço Público. 17 de julho de 2024. "Nicolás Maduro volta a hostilizar o jornalista Orlando Avendaño por publicações em X". Ver: <https://espaciopublico.org/nicolas-maduro-volve-a-hostigar-al-jornalista-orlando-avendano-por-publicaciones-en-x/>

³⁸ Meléndez, Jhoan. 22 de julho de 2024. Em El Cooperante. "Maduro acusou a meios internacionais de serem "sicários da mentira"". Ver: <https://elcooperante.com/maduro-acuso-a-medios-internacionales-de-ser-sicarios-de-la-mentira/>

³⁹ NTN24. 10 de julho de 2024. "Maduro chamou de 'lixo' as agências internacionais AFP, EFE, Reuters, AP, que vivem n Venezuela". Ver: <https://www.ntn24.com/noticias-actualidad/maduro-llamo-lixo-a-las-agencias-internacionales-afp-efe-reuters-ap-que-hacen-vida-en-venezuela-500887>



Em 22 de julho, o governo venezuelano bloqueou seis sites web por ordem da Comissão Nacional de Telecomunicações (CONATEL). Esse bloqueio se soma a outros sete sites restritos desde o início da campanha eleitoral em 4 de julho, totalizando 13 sites afetados. Organizações de defesa do direito à liberdade de expressão denunciaram que, na Venezuela, se impediu o acesso a mais de 50 meios informativos.⁴⁰ Adicionalmente, no contexto eleitoral foram fechadas duas estações de rádio: La Vernácula 88.3 FM⁴¹, em represália por informar sobre a visita de María Corina Machado ao estado Guarico, e Desportiva 98.3 FM⁴², aparentemente por não ter as licenças correspondentes. Desde o começo da campanha, também se bloqueou o acesso a diversas plataformas de verificação de informação ou *fact-checking*⁴³.

Por último, soube-se que pelo menos um jornalista internacional que planejava viajar para cobrir o processo foi detido dias antes da eleição⁴⁴ e outro no dia posterior à eleição.⁴⁵

Clientelismo e uso do aparelho estatal com fins proselitistas

A ausência de uma lei específica que defina claramente as regras da campanha eleitoral tem sido abordada por meio de normas, como o Regulamento Geral da Lei Orgânica de Processos Eleitorais e diversas resoluções emitidas pelo CNE em cada evento, incluindo aquelas sobre publicidade e acesso aos meios de comunicação. Sem embargo, essas normas são vagas quanto ao uso de recursos públicos para financiar campanhas eleitorais e mal estabelecem sanções efetivas.⁴⁶

Uma das denúncias mais frequentes das forças opositoras e de diversas iniciativas da sociedade civil foi a severa desigualdade na contenda, em particular o desequilíbrio na cobertura dos meios – com discursos de ódio contra o candidato opositor Edmundo González – e o uso de recursos públicos com fins eleitorais, além da falta de ação do CNE para frear esses abusos. Organismos públicos divulgaram mensagens que exaltavam a candidatura de Maduro, enquanto a propaganda da oposição foi limitada e censurada, violando a normativa eleitoral vigente.⁴⁷

⁴⁰ La Nación. 23 de julho de 2024. “Bloqueados seis portais web em um mesmo dia”. Ver: [Bloqueados seis portales web en un mismo día – Diario La Nación \(lanacionweb.com\)](https://lanacionweb.com)

⁴¹ Espacio Público. 9 de junho de 2024. “Conatel fechou e confiscou equipamentos de La Vernácula 88.3 FM em Guárico”. Ver: <https://espaciopublico.org/conatel-cerro-y-consco-equipes-de-la-vernacula-88-3-fm-en-guarico/>

⁴² Espacio Público. 5 de julho de 2024. “Funcionários de Conatel fecharam a emissora Desportiva 98.3 FM em Guárico”. Ver: <https://espaciopublico.org/funcionarios-de-la-conatel-cerraron-la-emissora-desportiva-98-3-fm-en-guarico/>

⁴³ Espacio Público. 5 de julho de 2024. “Operadoras bloqueiam portais web de EsPaja y Cazadores de Fake News”. Ver: <https://espaciopublico.org/operadoras-bloquean-portais-web-de-espaja-y-cazadores-de-fake-news/>

⁴⁴ Infobae. 25 de julho de 2024. “O regime de Maduro impediu a entrada de um jornalista argentino a Venezuela: foi retido, interrogado e será deportado”. Ver: <https://www.infobae.com/politica/2024/07/25/el-gobierno-de-maduro-impidio-el-ingreso-de-un-jornalista-argentino-a-venezuela-fue-retido-interrogado-y-sera-deportado/>

⁴⁵ Conta de X do jornalista Orlando Avendaño (@OrlvndoA). 27 de julho de 2024. Ver:

<https://x.com/OrlvndoA/status/1817209319475069034?t=JR0oXT2DnAkuOM7undkOLQ&s=08>

⁴⁶ Acceso a la Justicia. 2024. “Venezuela se embarca em nova campanha eleitoral sem vacina jurídica contra el vantajismo”. Ver: [Venezuela se embarca em nueva campana electoral sin vacuna juridica contra el ventajismo | Acceso a la Justicia](https://www.accesoalajusticia.org/venezuela-se-embarca-em-nova-campanha-eleitoral-sem-vacina-juridica-contra-el-ventajismo)

⁴⁷ Efecto Cocuyo. 20 de julho de 2024. “Ventajismo, desequilíbrio e discurso de ódio: faltas das normas que se observam na campanha eleitoral”. Ver: <https://efectococuyo.com/politica/ventajismo-desequilibrio-discurso-odio-faltas-normativa-observan-campana-eleitoral/>



Segundo a ONG CEPAZ, o governo de Nicolás Maduro continuou sua estratégia de troca de apoio político e eleitoral por assistência social, na forma de bolsas de comida, bônus econômicos e outros benefícios. Essas práticas foram conduzidas por meio do "Sistema Pátria", uma plataforma virtual associada ao partido governista. A inscrição nesta plataforma condicionou os grupos mais vulneráveis a depender do Estado, limitando sua autonomia ao sujeitá-los a benefícios econômicos, alimentares e de saúde em troca de apoio ao partido no poder.⁴⁸

Falta de independência do órgão eleitoral e das demais instituições vinculadas ao processo

A responsabilidade pela organização e direção do processo eleitoral venezuelano cabe ao Poder Eleitoral. Embora a Constituição Nacional estabeleça sua independência, nos últimos anos o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que representa este poder, foi constituído por figuras afins ao Poder Executivo Nacional.

As e os diretores do CNE da Venezuela que assumiram seus cargos em maio de 2021 para um mandato de sete anos renunciaram em junho de 2023, em um contexto de desconfiança generalizada na institucionalidade eleitoral e pressão por parte de diversos setores políticos, que questionavam a imparcialidade do órgão.⁴⁹ Em 24 de agosto de 2023, a Assembleia Nacional, esmagadoramente controlada pelo oficialismo, nomeou cinco diretoras e diretores principais do CNE e dez suplentes, para o período 2023-2030.⁵⁰ Embora o artigo 296 da Constituição estabeleça que o Conselho Nacional Eleitoral será integrado por “pessoas não vinculadas a organizações com fins políticos”, diversos atores denunciaram ligação entre os funcionários eleitorais e os partidos políticos.⁵¹

Em junho de 2024, o diretor principal Juan Carlos Delpino manifestou publicamente que o presidente do CNE, Elvis Amoroso, manejava o CNE de maneira unilateral, afirmando que Amoroso “toma decisões sem convocar sessões desde março”⁵². Como se verá mais adiante, no mesmo dia da eleição Amoroso utilizou epítetos desqualificadores para se referir à principal candidatura de oposição.

⁴⁸ CEPAZ. 2024. Relatório especial, 10 anos de perseguição na Venezuela. A consolidação de um sistema repressivo sofisticado. Ver: <https://cepaz.org/wp-content/uploads/2024/06/10-ANOS-DE-PERSECUCION-.pdf>

⁴⁹ DW. 20 de junho de 2023. “Renuncia o último diretor da entidade eleitoral da Venezuela”. Ver: <https://www.dw.com/es/renuncia-el-%C3%BAltimo-rector-principal-de-ente-eleitoral-de-venezuela-cercano-a-la-oposici%C3%B3n/a-65982882>

⁵⁰ Assembleia Nacional. 24 de agosto de 2023. “Assembleia Nacional designa e recebe o juramento de novos diretores do CNE”. Ver: <https://www.assembleanacional.gob.ve/noticias/assemblea-nacional-designa-y-juramenta-a-nuevos-rectores-del-cne>

⁵¹ Acceso a la Justicia. 29 de agosto de 2023. “Novo» CNE, expreso e com menor independência”. <https://accesoalajusticia.org/nuevo-cne-expres-con-menor-independencia/> e Espaja. 15 de setembro de 2023. “Diretores do CNE eleitos em 2023 são pessoas não vinculadas a organizações políticas?”. <https://espaja.com/explain/los-retores-del-cne-electos-en-2023-son-personas-no-vinculadas-a-organizaciones-con-fines-politicos>

El País. 25 de julho de 2024. “Quem é quem no Conselho Nacional Eleitoral, a instituição que organiza as eleições na Venezuela”. Ver: <https://elpais.com/america/2024-07-25/quien-es-quien-en-el-consejo-nacional-eleitoral-la-institucion-que-organiza-las-elecciones-en-venezuela.html>

⁵² NTN24. 22 de julho de 2024. “Diretor Delpino rompe o silêncio e denuncia irregularidades dentro do Poder Eleitoral na Venezuela”. Ver: <https://www.dw.com/es/los-desaf%C3%ADos-del-28j-para-la-oposici%C3%B3n-democr%C3%A1tica-venezuelana/a-69736554>



Por outro lado, além das detenções arbitrárias mencionadas e dos atos de intimidação por parte de forças de segurança e de perseguição penal, persistiram questionamentos sérios sobre o papel das forças armadas no âmbito das eleições. A segurança do processo eleitoral ficou a cargo do Plano República, uma operação da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) que devia assegurar a proteção física dos eleitores, dos funcionários que trabalham nas eleições e dos centros de votação. Também era responsável pela distribuição e custódia do material eleitoral entre os armazéns do CNE e os centros de votação, além de manter a ordem pública em todo o processo.

O chefe do Plano República respondia ao ministro da Defesa venezuelano, general-em-chefe da FANB, Vladimir Padrino López. Embora a Constituição proíba que as forças armadas tenham "qualquer militância política", o general Padrino criticou frequentemente a oposição e declarou que as forças armadas são chavistas. Em 2020, fez uma declaração que foi interpretada como uma advertência política à oposição, afirmando: "Não passarão, jamais serão poder político na vida enquanto existir uma Força Armada Nacional Bolivariana".⁵³

Registro eleitoral e voto no estrangeiro

Dados da Organização Internacional de Migrações registram que mais de 7,7 milhões de cidadãos e cidadãs venezuelanos se viram forçados pelo regime a abandonar o país, residindo principalmente na América do Sul. Deles, estima-se que cerca de cinco milhões seriam maiores de idade, ou seja, eleitores potenciais. Sem embargo, para as eleições primárias de 2023, o Registro Eleitoral contava com apenas 107 mil venezuelanos registrados e com direito a voto no exterior. Isso deixava milhões de pessoas fora do processo eleitoral, seja porque seu registro estava desatualizado em seu lugar de residência ou porque careciam de inscrição, segundo dados do Observatório Eleitoral Venezuelano (OEV).

Diante da enorme lacuna entre a população migrante venezuelana e o percentual de pessoas habilitadas a votar no exterior, o Acordo de Barbados incorporou garantias para a atualização do registro eleitoral, incluindo jornadas especiais de inscrição e atualização do registro eleitoral no estrangeiro. Sem embargo, o registro eleitoral definitivo que o CNE publicou para as eleições presidenciais de 2024 incorporava apenas 69.211 votantes no exterior, isso é, um número menor que o registrado nas primárias do ano passado, com perda de registro para milhares de pessoas e apenas 508 novos votantes. Este último dado reflete o total desinteresse do CNE por tornar efetivo o direito fundamental ao sufrágio que a normativa outorga à diáspora venezuelana e, pelo contrário, levanta suspeitas sobre um esforço sistemático por excluir a um dos maiores segmentos do eleitorado. Relatórios de organizações da sociedade civil documentaram distintos obstáculos que impediram a incorporação efetiva de venezuelanos e venezuelanas no exterior, com entraves que abrangeram desde barreiras jurídicas, até limitações operacionais e decisões arbitrárias⁵⁴.

⁵³ Acceso a la Justicia. 29 de agosto de 2023. "Novo» CNE, expreso e com menor independência". Ver: <https://accesoalajusticia.org/novo-cne-expres-con-menor-independencia/>

⁵⁴ CEPAZ, REDAC y REC. 2024. "Direitos limitados: violações à participação eleitoral das pessoas venezuelanas no exterior". Ver:



Segundo a plataforma Mi Voto Cuenta,⁵⁵ “a capacidade planejada para o processo de inscrição foi formulada com a intenção de discriminar os venezuelanos”. No melhor cenário, o processo estava concebido para permitir a inscrição de tão somente 3,5% dos venezuelanos em idade de votar no exterior, mas no final foram inscritos apenas 0,16%. Como consequência, uma das diásporas de maior proporção no nível internacional representou menos de um ponto porcentual do eleitorado.

Qualidade da informação apresentada ao eleitorado

De acordo com as normas do sistema eleitoral venezuelano, na cédula eleitoral o rosto de um candidato ou candidata se repete nas caixas de todas as organizações que apoiam sua candidatura. Desta forma, na cédula eleitoral da eleição presidencial Nicolás Maduro aparecia em 13 das 38 caixas, enquanto seu principal adversário, Edmundo González, aparecia em apenas três.⁵⁶



Imagem 1. Exemplo da cédula eleitoral para a eleição presidencial de 2024 na República Bolivariana da Venezuela.

<https://cepaz.org/wp-content/uploads/2024/07/Direitos-limitados.pdf> e Alerta Venezuela. 30 de abril de 2024. “Barreiras ao Registro Eleitoral no exterior”. Ver: <https://alertavenezuela.org/blog/2024/04/30/bareras-al-registro-eleitoral-en-el-exterior/>

⁵⁵ Mi Voto Cuenta. “Relatório sobre processo no exterior de inscrição ou atualização de dados ante o Registro Eleitoral”. Ver: [+Informe+MVC+registro+electoral+Exterior+ES.pdf](https://www.mivotocuenta.org/infome+MVC+registro+electoral+Exterior+ES.pdf) ([electoral-complaint-requests.s3.us-east-2.amazonaws.com](https://www.mivotocuenta.org/infome+MVC+registro+electoral+Exterior+ES.pdf))

⁵⁶ Maduro conta com o apoio de 13 organizações políticas, enquanto Edmundo González Urrutia, apesar de ser apoiado por pelo menos 11, não aparece nesse número de vezes na cédula do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) devido ao fato de que várias dessas posições sofreram intervenções e foram atribuídas a políticos que também estão na contenda e que a oposição acusa de serem colaboradores do governo. Voz de la América. 2023. “Por que Maduro aparece 13 vezes na cédula eleitoral na Venezuela?”

<https://www.vozdeamerica.com/a/rosto-nicolas-maduro-aparece-trece-vezes-boleta-eleitoral-venezuela-7613731.html>



Por outro lado, algumas das organizações políticas que participavam da contenda tinham nomes semelhantes e pouco distintivos, o que poderia gerar confusão no eleitorado ante a multiplicidade de forças em disputa. Pode-se mencionar, por exemplo, o caso das organizações Venezuela Unida, Unidade Visão Venezuela e Futuro Venezuela.⁵⁷

II. JORNADA ELEITORAL

Como está estipulado nas normas eleitorais, em 28 de julho as mesas iniciaram sua abertura às 6h00. Segundo informação divulgada pela diretora do CNE, Aimé Nogal Méndez, às 6h30 77,95% das mesas eleitorais no nível nacional estavam constituídas e 59,40% estavam abertas.⁵⁸ Duas horas depois, às 8h30, o presidente do CNE, Elvis Amoroso, anunciou em conferência de imprensa que 95% dos centros de votação estavam operacionais e que a totalidade do pessoal técnico da instituição tinha se apresentado às escolas e aos liceus habilitados como centros de votação.⁵⁹ Segundo o Observatório Eleitoral Venezuelano, mais de 90% das mesas de votação estavam abertas na manhã⁶⁰, informação que grosso modo concorda com a oferecida pelo CNE.

Pela manhã, foram registraram longas filas nos centros de votação, que em alguns casos se formaram desde a noite anterior à eleição. As e os venezuelanos esperaram pacientemente para exercer seu direito ao sufrágio. A eleição presidencial transcorreu com calma e em clima de normalidade em todo o território nacional. Igualmente, segundo relatórios de meios de comunicação, a votação no exterior foi levada a cabo de maneira ordenada, apesar de que, como se mencionou, menos de 1% dos venezuelanos no exterior pôde votar nas eleições presidenciais.

Esta atitude manifesta do povo venezuelano no território nacional e fora dele demonstra o compromisso democrático e o chamado inequívoco ao retorno da democracia.

Durante a mencionada conferência de imprensa do dia da votação, o presidente do CNE referiu-se a uma das candidaturas de oposição, acusando-a, sem provas, de albergar planos de conspiração e de haver tentado evitar a realização das eleições. Este tipo de afirmação por parte do mais alto funcionário eleitoral, tanto em 28 de julho como na etapa prévia à eleição, afastou-se da dignidade que seu cargo impõe, denotou parcialidade e minou ainda mais a confiança da cidadania no órgão eleitoral, que por princípio deve ser absolutamente neutral.

Monitoramentos eleitorais reportaram a presença de “pontos vermelhos”, estações para o acompanhamento e controle dos votantes em distintos centros de votação, alguns claramente

⁵⁷ Ministério do Poder Popular para el Ecosocialismo (MINEC). 27 de março de 2024. Ver: <http://www.minec.gob.ve/balance-del-cne-13-candidatos-y-37-organizaciones-se-registraron-para-el-28j/>

⁵⁸ Conta oficial de X de Aimé Nogal Méndez (@anogal). 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/anogal/status/1817524680393113637>

⁵⁹ Conta oficial de Youtube de Globo Visión. 28 de julho de 2024. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=oNP5T4TqrDc>

⁶⁰ Conta de X do Observatório Eleitoral Venezuelano. 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/OEVenezuelano/status/1817675890329014736>



identificados com a propaganda governista, o que também foi denunciado pela cidadania por meio de redes sociais⁶¹. Em 22% dos centros observados pelo OEV, presenciou-se a mobilização de eleitores com recursos públicos.⁶²

Ao realizar o primeiro balanço da jornada, pela manhã, a testemunha principal da PUD ante o CNE, Delsa Solórzano, denunciou que, em alguns centros de votação no país, “não se permitiu [às testemunhas] entrarem ao centro de votação. Essa situação foi se reduzindo com o passar do tempo, mas é algo que continua acontecendo.”⁶³ Também nos meios de comunicação e nas redes sociais foram feitas denúncias de possíveis escaneamentos de cédulas de identidade,⁶⁴ mecanismo não previsto na legislação nem nas instruções.

Por seu lado, o ministro da Defesa Vladimir Padrino assegurou em conferência de imprensa que até o meio-dia não ocorreram incidências a ser informadas, salvo situações menores na abertura dos centros de votação pela manhã.⁶⁵ De sua parte, as organizações da sociedade civil reportaram incidências em que se destacava a demora na abertura de vários centros de votação e a lentidão do processo.⁶⁶ Com menor frequência, reportou-se também impedimento de entrada a testemunhas das organizações com fins políticos. Por último, se registraram casos isolados de intimidação.

Em torno das 14h00, a líder opositora María Corina Machado se dirigiu aos meios de comunicação após exercer seu voto e mencionou incidências relativas às testemunhas eleitorais do Frente Unido, assegurando que em 1.300 mesas houve problemas para a entrada das testemunhas na manhã, situação que se resolveu em grande medida no transcurso da tarde. De acordo com os dados compartilhados por Machado, o total final de mesas que não puderam ser instaladas foi de 18, de um total de mais de 30 mil em todo o país.⁶⁷

Ao longo da jornada, foram divulgadas diversas pesquisas de boca de urna, apesar de a legislação proibir a divulgação de pesquisas a partir de sete dias antes da votação. Alguns dessas sondagens davam vantagem ao candidato oficialista, inclusive uma pesquisa que foi oportunamente identificada como informação falsa pelas organizações de verificação.⁶⁸ Outras, em câmbio, mostravam vantagem para Edmundo González, em linha com as pesquisas publicadas em dias anteriores à eleição. Deve-se

⁶¹ Transparência Eleitoral. Relatório de incidências reportadas monitoração eleitoral 28 de julho de 2024. Ver: <https://transparenciaelectoral.org/wp-content/uploads/2024/07/Informe-de-Transparencia-Electoral-28J-Venezuela-1.pdf>

⁶² Conta de X do Observatório Eleitoral Venezuelano. 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/OEVenezuelano/status/1817675890329014736>

⁶³ Conta oficial de X de NTN24 (@NTN24). 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/NTN24/status/1817560281549005014>

⁶⁴ Página web de Transparência Venezuela. 28 de julho de 2024. Ver: <https://transparenciave.org/presidenciales-2024-72-denuncias-de-irregularidades-en-el-proceso-electoral-fueron-registradas-transparencia-venezuela-en-su-primer-informe-de-este-domingo/>

⁶⁵ Conta oficial de Youtube de Telesul. 28 de julho de 2024. Ver: <https://youtu.be/jcMw8EFAQcw?si=MHkGQnrXJhI9hKpX>

⁶⁶ Página web de Transparência Venezuela. 28 de julho de 2024. Ver: <https://transparenciave.org/presidenciales-2024-72-denuncias-de-irregularidades-en-el-proceso-electoral-fueron-registradas-transparencia-venezuela-en-su-primer-informe-de-este-domingo/>

⁶⁷ Conta oficial de X de NTN24 (@NTN24). 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/NTN24/status/1817649953222599085>

⁶⁸ Conta oficial de X de Cazadores de Fake News (@cazamosfakenews). 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/cazamosfakenews/status/1817617080826662913>



reconhecer que a principal candidatura de oposição se absteve de divulgar as sondagens, inclusive aquelas que indicavam sua triunfo.⁶⁹

Às 18h00, como estipulado nas normas eleitorais, iniciou-se o fechamento dos centros de votação em que não havia pessoas esperando na fila para exercer seu direito ao voto. Conforme a legislação venezuelana, a apuração é automatizada⁷⁰ e é a própria máquina eletrônica que emite a ata correspondente. Membros da oposição denunciaram que foram identificados mais de 400 centros em que essas atas de apuração não foram entregues às testemunhas. Em alguns casos, as testemunhas inclusive foram expulsas dos recintos. Deve-se mencionar que a legislação contempla explicitamente a entrega deste documento às testemunhas.⁷¹ Somando-se ao anterior, representantes da Plataforma Unitária Democrática não puderam entrar nas instalações do CNE na noite do domingo.⁷²

Nas redes sociais foram distribuídas cenas de *coletivos* chavistas percorrendo as proximidades de alguns centros de votação, em que grupos de eleitores estavam reunidos à espera da verificação cidadã que, como se indicou, é um ato público. Em Táchira, ocorreu a morte de um jovem depois de receber tiros nas imediações de um centro de votação, aparentemente por parte de *coletivos*.⁷³

O Relator para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Pedro Vaca, manifestou que recebeu constantes relatórios de agressões contra a imprensa na jornada. Segundo informou, proibiu-se a entrada de jornalistas credenciados e foram realizadas detenções de trabalhadores da imprensa. A liberdade de expressão é um direito fundamental que deve ser respeitado, especialmente em um contexto eleitoral.⁷⁴

A tensão e a incerteza a noite da eleição aumentaram devido à demora na apresentação de resultados e às denúncias feitas pelos partidos de oposição, que informaram que, em vários centros de votação, o processo de transmissão de atas de escrutínio ao CNE havia sido interrompido.⁷⁵ Isso ocorreu depois da distribuição ampla de numerosas imagens de atas que se tornaram públicas no âmbito dos processos de verificação cidadã e que apresentavam resultados com uma vantagem folgada do candidato da oposição Edmundo González.⁷⁶

⁶⁹ Edison Research Conduits Exit Poll in Venezuela. 28 de julho de 2024. Ver: <https://www.edisonresearch.com/edison-research-conduits-exit-poll-in-venezuela/>

⁷⁰ Lei Orgânica de Processos Eleitorais da República Bolivariana da Venezuela. Artigo 141. Ver: http://www4.cne.gob.ve/onpc/web/documentos/Leves/Ley_Organica_de_los_Procesos_Electorales.pdf

⁷¹ Regulamento Geral da Lei Orgânica de Processos Eleitorais. 18 de janeiro de 2023. Resolução N° 130118-0005. Artigo 337. Ver: https://aceprojet.org/ero-en/regions/americas/VE/venezuela-reglamento-general-ley-procesos-electorales-2013/at_download/file

⁷² Conta oficial de X de Delsa Solorzano (@unidadvenezuela). 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/unidadvenezuela/status/1817698030566453722>

⁷³ Conta oficial de X do Comando Com Vzla Táchira (@TachiraConVzla). 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/TachiraConVzla/status/1817715930815701130>

⁷⁴ Conta oficial de X de Pedro Vaca (@PVacaV). 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/PVacaV/status/1817696311669633255>

⁷⁵ El Salvador.com. 28 de julho de 2024. "Oposição venezuelana denuncia que entidade eleitoral 'paralisou' transmissão de resultados". Ver: <https://www.elsalvador.com/noticias/internacional/oposicion-venezuelana-denuncia-que-ente-electoral-ha-paralizado-transmission-de-resultados/1158425/2024/>

⁷⁶ Edison Research Conduits Exit Poll in Venezuela. 28 de julho de 2024. Ver: <https://www.edisonresearch.com/edison-research-conduits-exit-poll-in-venezuela/>



Apesar de contar com um sistema eletrônico de votação que deveria tornar mais expedito todo o processo de contagem e a totalização dos resultados eleitorais, o CNE demorou mais de seis horas para divulgar algum dado dos resultados da eleição. Cabe ressaltar que a apresentação desses números foi feita em uma roda de imprensa,⁷⁷ depois da meia-noite, na qual não se forneceu nenhum dado desagregado, apenas os percentuais e votos que os dois principais candidatos teriam recebido e um acumulado das demais candidaturas.⁷⁸

É extremamente preocupante que os resultados tenham sido apresentados desta maneira, de forma verbal e incompleta, sem sustentação e com um único boletim que afirmava refletir 80% das mesas de votação, sem existir qualquer grau de visibilidade do processo de entrada e processamento das atas.

O site do CNE⁷⁹ permaneceu fora de serviço desde o anúncio do primeiro boletim e em 29 de julho, o que minou ainda mais a confiança pública no CNE e no processo eleitoral e gerou um grave vazio de informação oficial. É dizer, não se ofereceu à cidadania nem às forças políticas qualquer mecanismo para consultar as atas de escrutínio, analisar os números separados por organização, candidatura ou unidade geográfica ou, em geral, realizar alguma forma de estudo dos resultados. O presidente do CNE simplesmente se limitou a afirmar que “nas próximas horas estarão disponíveis no site do Conselho Nacional Eleitoral os resultados mesa por mesa”. O que ocorreu, em câmbio, foi a interrupção da página.

De acordo com os dados anunciados, Nicolás Maduro teria recebido 51,2% dos votos, contra 44,2% para Edmundo González. A participação teria sido de 59%. Embora o Presidente do CNE não tenha anunciado publicamente os resultados detalhados de todas as candidaturas, a rede oficialista Telesur publicou os resultados relativos às primeiras cinco candidaturas, mas seus totais somavam mais de 100% de votos e as três candidaturas menos votadas recebiam, cada uma, exatamente 4,6% dos votos.⁸⁰ Assumindo-se que se tratou de um erro e que, em troca, se pretendia dizer que as forças minoritárias acumulavam conjuntamente 4,6% de votos emitidos, também é motivo de suspeita que os percentuais somem exatamente 100%, sem margem para votos nulos ou votos em branco.

Na mesma conferência de imprensa e sem apresentar qualquer prova, Amoroso informou que a demora na entrega de resultados se deveu a um ataque ao sistema informático do CNE, que qualificou de “ato terrorista”.⁸¹ Em seguida, solicitou à Procuradoria Geral (*Fiscalía General*) que realizasse uma investigação sobre este presumido acontecimento. Minutos depois do anúncio dos resultados, foram registrados protestos cidadãos na cidade capital, incluindo panelaços.

⁷⁷ Conta oficial de Youtube de France 24 Espanhol. 29 de julho de 2024. Ao 80% das mesas escrutadas, CNE confirma a reeleição de Nicolás Maduro com 51,2% votos. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=DEyblPc6iaU>

⁷⁸ Conta oficial de X de Nicolás Maduro (@NicolasMaduro). 29 de julho de 2024. Ver: https://x.com/NicolasMaduro/status/1817772882488897932?t=I_gCzLeChcuyRF8o-1N4w&s=19

⁷⁹ Página web do Conselho Nacional Eleitoral. Ver: <http://www.cne.gob.ve>

⁸⁰ Conta de X do jornalista Nacho Montes de Oca (@nachomdeo). 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/nachomdeo/status/1817783989232455825>

⁸¹ Telesur. 29 de julho de 2024. “CNE da Venezuela denuncia agressão contra o sistema de transmissão de dados eleitorais”. Ver: <https://www.telesurtv.net/cne-de-venezuela-denuncia-agresion-contra-el-sistema-de-trasmision-de-datos-electorales/>



Em um evento na praça de Miraflores, Nicolás Maduro se reconheceu como presidente eleito e assegurou que se queria “violiar a paz da vida nacional”. Pediu “respeito à Constituição, aos poderes e à vida soberana da Venezuela”. Igualmente, assegurou que o sistema de transmissão do CNE havia sofrido um ataque cibernético, “porque os demônios não queriam que se totalizasse e os resultados fossem dados hoje. Sabemos de onde partiu.”⁸²

Por outro lado, depois da apresentação de dados pelo CNE, o candidato presidencial da PUD, Edmundo González e a líder María Corina Machado anunciaram que as atas coletadas por suas testemunhas refletiam um triunfo esmagador para a oposição. Ademais, informaram que quatro contagens rápidas independentes davam a Edmundo González como vencedor.⁸³ González e Machado afirmaram: “os venezuelanos e o mundo inteiro sabemos o que ocorreu na jornada eleitoral de hoje. Aqui foram violadas todas as normas, a ponto de ainda não ter sido entregue a maioria das atas. Nossa mensagem de reconciliação e mudança em paz continua vigente e estamos convencidos de que a grande maioria dos venezuelanos aspira igualmente a isso.”⁸⁴

Ao término da jornada eleitoral, evidenciou-se, portanto, um contraste: de um lado, um regime que assegurou haver ganhado as eleições, mas não ofereceu dados nem evidências que demonstrassem sua vitória; de outro, atas de escrutínio e processos de verificação cidadã divulgados pela sociedade civil em redes sociais, junto com cifras coletadas pelas testemunhas eleitorais, que apoiavam o triunfo da oposição.

Em 29 de julho, o Centro Carter solicitou ao CNE “que publique imediatamente todas as atas das mesas instaladas na jornada eleitoral realizada em 28 de julho passado”, afirmando que “a informação das atas transmitidas ao CNE é indispensável para nossa avaliação e fundamental para o povo venezuelano”.⁸⁵

Até a data, as ONG nacionais não publicaram nenhum relatório sobre os resultados das atas de escrutínio coletadas pelas testemunhas eleitorais nas mesas de votação, nem sobre o registro de irregularidades. Pelo que comunicaram ao DECO, isso se deve, em grande medida, ao temor de represálias por parte do governo, o que gerou um ambiente de autocensura e medo, como se indicou no início deste relatório.

Dentro do contexto de repressão e intimidação descrito anteriormente, o procurador-geral do regime anunciou a abertura de uma investigação contra dirigentes da oposição, inclusive María Corina Machado e Leopoldo López, por supostamente terem tido a intenção de manipular os dados do CNE com um ataque cibernético desde Macedônia do Norte.⁸⁶

⁸² Conta oficial de X de Nicolas Maduro (@Nicolasmaduro). 29 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/NicolasMaduro/status/1817772882488897932>

⁸³ Conta oficial de X de NTN24 Venezuela (@NTN24ve). 28 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/NTN24ve/status/1817789643313611224>

⁸⁴ Conta oficial de X de María Corina Machado (@MáriaCorinaYA). 29 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/MariaCorinaYA/status/1817788867493146770>

⁸⁵ The Carter Center. 29 de julho de 2024. “O Centro Carter Pedre às Autoridades Eleitorais Venezuelanas que Publiquem Resultados Detalhados”. Ver: <https://www.cartercenter.org/news/pr/2024/venezuela-072924-sp.pdf>

⁸⁶ Conta oficial em X do Ministério Público venezuelano (@MinpublicoVEN). 29 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/MinpublicoVEN/status/1817952176309985600>



Além disso, tomando atribuições do CNE, o procurador-geral Tarek William Saab anunciou que, “nas próximas horas, estarão disponíveis no site do Conselho Nacional Eleitoral os resultados mesa por mesa, como historicamente se faz, graças ao Sistema Automatizado de Votação. Isso é o que vale”.⁸⁷ Estas declarações, que em nenhum regime democrático seriam feitas por um órgão de persecução penal, dão conta da confusão de atribuições e da fusão institucional característica da concentração do poder.

Não se explica por que o CNE demora em postar as atas ou de alguma outra forma disponibilizá-las para as forças políticas e os meios de comunicação – por exemplo em dispositivos de armazenamento externo. A opacidade e o silêncio da autoridade eleitoral geram dúvidas legítimas sobre os resultados, que aumentam ao ver que o CNE se apressou a proclamar Nicolás Maduro como candidato reeleito por “maioria relativa de votos válidos”⁸⁸ na mesma tarde de 29 de julho, sem que os dados oficiais tenham sido propriamente divulgados nem fossem realizadas as auditorias previstas no calendário eleitoral.

Em resposta à proclamação em vários estados da Venezuela, ocorreram manifestações cidadãs, que foram reprimidas⁸⁹ pela Guarda Nacional e por *coletivos* chavistas, segundo imagens compartilhadas nas redes sociais. Pelo menos uma pessoa teria falecido nos encontros entre os manifestantes e os grupos armados e diversas outras ficaram feridas.⁹⁰ É indispensável que o regime garanta plenamente o direito de manifestação dos venezuelanos e que se evite a confrontação violenta no país.

No final da tarde de 29 de julho, Edmundo González e María Corina Machado divulgaram uma mensagem conjunta,⁹¹ em que afirmavam que a oposição tinha mais de 73% das atas de escrutínio e que, com os resultados publicados, seria impossível para Nicolás Maduro assegurar a vitória, mesmo que tivesse obtido 100% dos votos das atas restantes. O embaixador González expressou ao povo venezuelano que “a vontade expressa ontem por meio de seu voto, nós a faremos respeitada. Esse é o único caminho para a paz. Temos em nossas mãos as atas que demonstram nosso triunfo categórico e matematicamente irreversível”. Os líderes da oposição anunciaram também o lançamento de um portal web (<https://resultadospresidencialesvenezuela2024.com/>)⁹² em que compartilhariam a imagem de todas as atas e os resultados digitalizados, para que a cidadania possa verificar a correspondência dos dados. O portal está já estava habilitado para receber consultas.

As e os especialistas eleitorais da OEA tiveram acesso a quatro fontes de dados distintas que, em geral, coincidiram nos resultados. As primeiras duas são pesquisas de boca de urna (*exit polls*) elaboradas por

⁸⁷ Conta oficial em X do Ministério Público venezuelano (@MinpublicoVEN). 29 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/MinpublicoVEN/status/1817953817977078206>

⁸⁸ Conta oficial em X de Nicolás Maduro (@NicolasMaduro). 29 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/NicolasMaduro/status/1817965665254281714>

⁸⁹ Conta oficial em X de NTN24 (@NTN24). 29 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/NTN24/status/1818035163076640953>

⁹⁰ Conta oficial de X de la jornalista Carmen E. Pecorelli (@CarmenPecorelli). 29 de julho de 2024. Ver: <https://x.com/CarmenPecorelli/status/1818061024127221774>

⁹¹ Canal de Youtube de O País. 29 de julho de 2024. Ver: <https://www.youtube.com/live/eBR-wlF13ZQ>

⁹² Conta oficial de X de María Corina Machado (@MáriaCorinaYA). 29 de julho de 2024. Disponível em: <https://x.com/MariaCorinaYA/status/1818106763000102921>



atores reconhecidos: em uma, Edmundo González aparece com 62,2% dos votos e Nicolás Maduro com 31,1%; na segunda, González obtém em 64% contra 31% de Maduro.

Também foi possível consultar uma contagem rápida, exercício estatístico com informações coletadas de atas em terreno, que dá uma vantagem de mais de 30 pontos percentuais em relação ao candidato governista (67,37% González, 30,22% Maduro). Por último, se teve acesso às próprias atas digitais a que fez referência a PUD e que emanaram do sistema automatizado na noite da eleição (67,59% González, 30% Maduro).

As informações apresentadas nessas quatro fontes coincidem e contrastam com o único boletim oficial que o CNE emitiu oralmente. Cabe à autoridade eleitoral explicar, de forma convincente, por que as próprias atas de seu sistema computacional conflitam com os totais anunciados e apressadamente proclamados.

Fonte	Resultado do candidato Maduro	Resultado do candidato González	Origem da informação conhecida	Metodologia para coleta de informações conhecida
Pesquisa de boca de urna	31,1%	62,2%		
Pesquisa de boca de urna	31%	64%		
Informações de terreno	30,22%	67,3%		
Atas PUD	30%	67,59%		

Fonte	Resultado do candidato Maduro	Resultado do candidato González	Origem da informação conhecida	Metodologia para coleta de informações conhecida
Informação entregue pelo CNE	51,2%	44,2%		

Imagem 2. Resumo dos resultados conforme com as distintas fontes de informação a que teve acesso a equipe de especialistas eleitorais da OEA.



III. CONCLUSÃO

Este relatório contém um relato de ilegalidades, vícios e más práticas ocorridos neste processo eleitoral em particular, mas que são reiterados em processos eletivos recentes na Venezuela. A evidência denota uma tentativa do regime de desconhecer a vontade majoritária expressa nas urnas por milhões de venezuelanas e venezuelanos. Isso demonstra, uma vez mais, que o CNE, suas autoridades e o sistema eleitoral venezuelano estão parcializados e a serviço do Poder Executivo Nacional, e não da cidadania. O regime de Nicolás Maduro traiu mais uma vez o povo venezuelano, declarando respeitar a vontade popular enquanto faz todo o possível para manipular e desconhecer essa vontade.

Em conclusão, como não há sustentação pública documental que apoie os dados anunciados pelo CNE, mas existem informações de diversas fontes que os contradizem, o critério técnico do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral é que os resultados oficiais não merecem confiança nem deveriam receber reconhecimento democrático.